



COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA

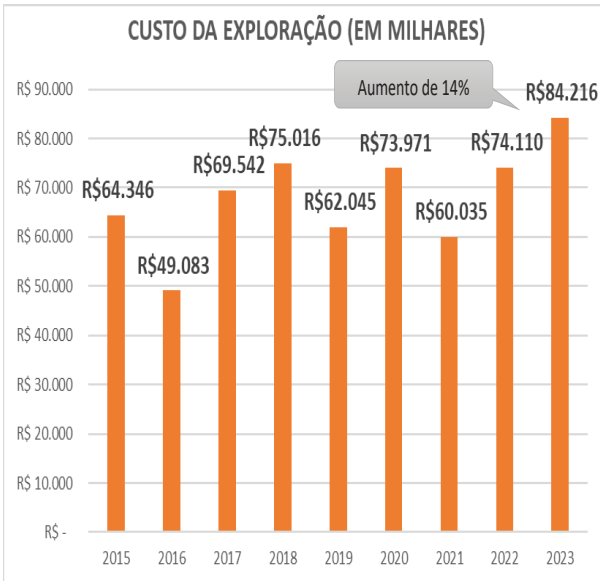
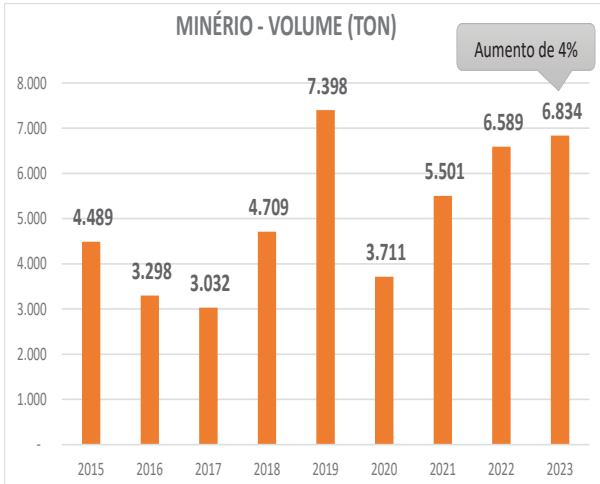
CNPJ: 17.806.779/0001-30

1/4

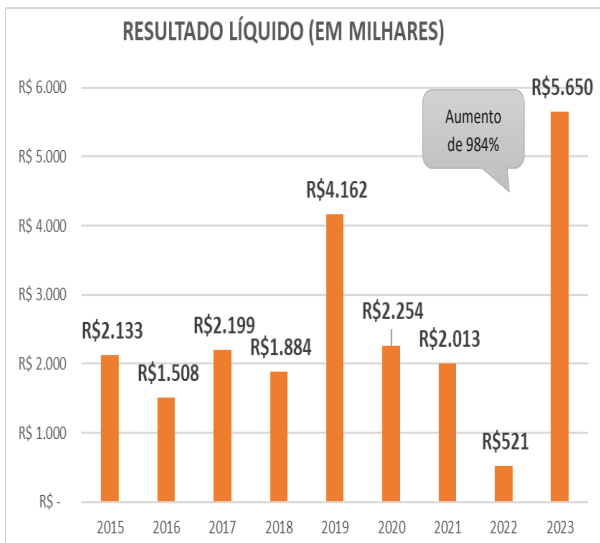
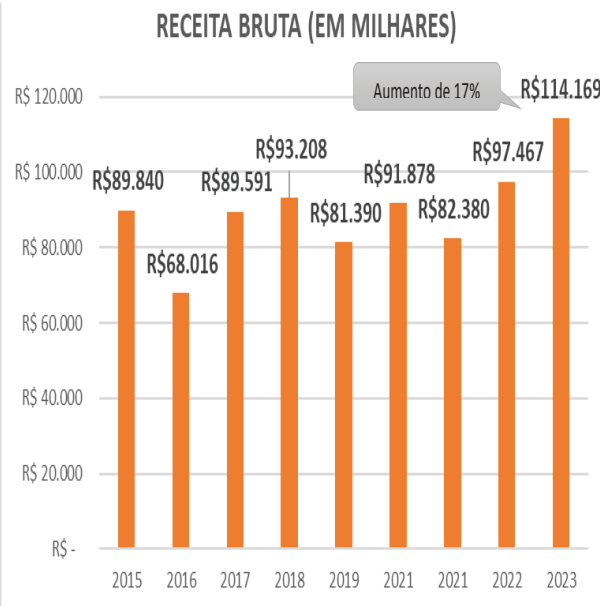
Relatório da Administração

Em 2023 a COMIPA – Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá, obteve um aumento de 4% no volume de minério faturado. Consequentemente obtivemos um aumento no custo de exploração, que ficou em R\$ 17/t contra R\$ 15/t em 2022. A movimentação de estéril foi de 1,8 milhões de toneladas (1,7 milhões de toneladas em 2022).

A previsão para 2023 é uma movimentação de minério de 6,5 milhões de toneladas.



Como resultado do aumento dos custos de produção a Receita também aumentou em relação ao ano anterior, totalizando 17% de acréscimo.



A COMIPA encerra o exercício com um Resultado Líquido de R\$ 5,7 milhões, com um aumento de 984% em relação ao ano anterior.

CONTROLADORIA

A Controladoria da COMIPA engloba todos os processos da Contabilidade, Fiscal, Financeiro, Departamento Pessoal e Gestão Orçamentária.

Além disso a Controladoria da COMIPA é responsável pela gestão e centralização dos dados e informações gerados em todos os fluxos e processos internos, trazendo maior eficiência e eficácia aos reportes, com mais confiabilidade, transparência e fidedignidade.

Cumprir além disso, integrar todos os processos e departamentos da companhia, ganhando assim maior sinergia entre as áreas, com as informações sendo processadas de forma centralizada em tempo real, fornecendo assim maior autonomia e independência, de forma clara e objetiva. A Comipa através do departamento de Controladoria busca constantemente se reinventar, trazendo novas soluções e tecnologias, para se adequar aos novos desafios e demandas.

A Controladoria também é responsável pelo planejamento, gestão e controle orçamentários. Subsidiando e fornecendo ferramentas aos gestores para que o acompanhamento e controle do orçamento seja feito de forma eficiente e assertiva. Reporta aos Diretores, sócios e entes públicos e privados, todas as informações financeiras, econômicas, contábeis e fiscais, além de dados e informações estratégicas.

O SAP Business One, é nossa principal ferramenta corporativa, um sistema de controle e gestão integrada, que representa o que há de melhor em soluções tecnológicas, um software que é referência mundial. Nossa plataforma de Folha de Pagamento, RH, Segurança e Medicina do Trabalho é a Starsoft, um software homologado SAP.

PROGRAMA NOSSO BUDGET 2024

Programa de gestão orçamentária que visa a construção de cenários econômico-financeiros, projeções de resultados, análise de investimentos, bem como o controle efetivo e eficaz de gastos através do planejamento, execução e controle orçamentários, gerando maior previsibilidade e subsidiando a Companhia no atingimento dos seus objetivos estratégicos.

O programa "Nosso Budget" está alinhado com a estratégia e princípios da COMIPA. Sendo assim, além de garantir a manutenção da estabilidade econômico-financeira, mantém a Companhia alinhada com seus objetivos, direcionando esforços em todos os níveis para o atingimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico.

O Comitê de Gestão Orçamentária, também faz parte do programa Nosso Budget, e tem o papel de garantir a eficiência e assertividade na execução orçamentária e a aderência ao planejamento financeiro. Controlando e monitorando a realização dos gastos, acompanhando os resultados periodicamente, analisando e aprovando os investimentos organizacionais, subsidiando as tomadas de decisão, e suportando a Companhia na busca dos seus objetivos estratégicos. Além disso, tem a função de oportunizar melhorias, ganhos operacionais e financeiros através da gestão matricial de gastos.

A gestão matricial de gastos permite uma melhor alocação de recursos, trazendo para os gestores uma visão estratégica, pensando em toda a empresa e não apenas em um determinado setor. Além disso, eliminamos os riscos de inflacionamento de gastos, tornando a execução orçamentária mais criteriosa. Desta forma, o planejamento estratégico fica alinhado à projeção orçamentária e os esforços são direcionados para uma melhor alocação dos recursos, e para a transparência das finanças.

Visando automatizar os processos de gestão financeira e orçamentária, a Companhia está em fase de implantação do sistema Leverpro. Uma ferramenta de geração de relatórios dinâmicos, dashboards e KPIs, que irá automatizar e dinamizar a gestão orçamentária, gerando muito mais confiança nos dados apresentados e diminuindo os possíveis erros. A automatização permitirá que os responsáveis obtenham dados mais precisos, podendo realizar trabalhos com mais agilidade e eficiência, e tomar decisões acerca do orçamento com maior confiança e assertividade.

SUPRIMENTOS

O Departamento de Suprimentos é responsável por planejar, gerenciar, coordenar, controlar e executar os serviços de suprimentos e gestão de contratadas, gerindo a cadeia e os fluxos, otimizando os processos e atendendo as demandas de forma eficaz e alinhada às estratégias e às expectativas da Companhia, bem como zelando pelo uso racional e sustentável dos recursos, com transparência, lisura, austeridade e efetividade.

MISSÃO

Garantir o suprimento de insumos, materiais e serviços como elementos fundamentais para o atingimento dos objetivos corporativos e estratégicos da COMIPA, através do relacionamento com nossos fornecedores e do atendimento às exigências éticas, técnicas e comerciais, com o melhor custo e dentro dos padrões estabelecidos de prazo e qualidade.

VISÃO

Ser reconhecido por sua competência, eficácia e valor agregado na entrega dos serviços de compras, desempenhando um papel estratégico, e atuando na melhoria da competitividade e lucratividade da companhia.

VALORES

Agilidade: eficiência e rapidez no atendimento e na busca de oportunidades de melhoria. Integridade: comprar de forma justa e transparente, sem conflito de interesses. Criatividade: criar e aplicar soluções inovadoras. Satisfação dos clientes: atuar sempre como parceiros, excedendo as expectativas e superando as perspectivas.

GESTÃO DE TERCEIROS

O Programa de Gestão de Terceiros da COMIPA tem o objetivo de promover o gerenciamento efetivo dos prestadores de serviços, e de garantir a gestão da saúde, segurança e certificação da regularidade dos colaboradores terceiros. O programa visa, também, acompanhar e supervisionar a atuação ativa destes profissionais nas funções e serviços firmados em contrato.

Principais vantagens do Programa de Gestão de Terceiros:

- ✓ Acompanhamento e garantia do apoio efetivo dos parceiros da COMIPA, por meio de auditoria de 100% da documentação da empresa e de seus colaboradores;
- ✓ Assegurar que os requisitos legais e normativos de saúde e segurança sejam atendidos;

✓ Arquivo online de toda a documentação, eliminando os custos de arquivo físico e otimizando o acesso aos documentos, quando necessário;

✓ Garantia da regularidade e idoneidade dos terceiros;

✓ Obtenção de dados estruturados para avaliação da regularidade e performance, contribuindo na escolha eficaz dos parceiros;

✓ Facilidade no acompanhamento da prestação de serviços pelas áreas responsáveis, permitindo atuação proativa.

✓ Mais efetividade e acuracidade na avaliação de desempenho dos terceiros, reforçando a isonomia da avaliação para contratação de serviços;

✓ Compartilhamento e conhecimento sobre a gestão de negócio aos prestadores de serviços da COMIPA, promovendo a sustentabilidade das parcerias.

RECURSOS HUMANOS

A área de Recursos Humanos da Comipa tem a missão de contribuir para a eficiência organizacional por meio de funcionários capazes e motivados. Pautados no respeito e na valorização das pessoas, visamos proporcionar desenvolvimento, bem-estar e recompensas adequadas.

Para isso, atuamos por meio dos seguintes pilares: Recrutamento e Seleção, Treinamento e Desenvolvimento, Gestão de Remuneração, Gestão de Desempenho e Monitoramento de Clima e Cultura. Veja o que cada um deles representa na Comipa:

> Recrutamento e seleção: É o meio pelo qual atraímos e trazemos para a Comipa novas pessoas com competências e experiências necessárias para cumprir algum desafio.

> Treinamento e desenvolvimento: Para manter o time com conhecimento e habilidades atualizados, investimos em ações de treinamento e desenvolvimento dentro e fora da Comipa.

> Gestão de Remuneração: A Gestão de remuneração é feita através do nosso Plano de Cargos e Salários, instrumento que estabelece cargos e recompensas equilibradas interna e externamente.

> Gestão de desempenho: Para manter o time eficiente, é fundamental monitorarmos o desempenho. Isso significa trocar feedbacks, identificar forças e pontos de melhoria e atuar para o crescimento profissional constante.

> Monitoramento de clima e cultura: Ferramentas como as Pesquisas de Clima são utilizadas para medir o nível de satisfação e os sentimentos das pessoas dentro da Comipa, o que nos ajuda a sempre melhorar nosso ambiente.

Abaixo, estão listados nossas políticas e procedimentos:

- Política de Recursos Humanos;
- Política de Cargos e Salários;
- Recrutamento, Seleção, Admissão, Transferência, Movimentação e Desligamento de Pessoal;
- Treinamento Admissional, Reciclagem e Retorno ao Trabalho

ESG E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A COMIPA se preocupa com os efeitos das mudanças climáticas e impactos ambientais provenientes de suas operações e projeta um cenário de redução considerável até 2032 e a busca do Net Zero até 2040.

Para isso, adota iniciativas que contribui para a redução das emissões e promove o uso de energia alternativas em seus processos operacionais, como:

- Substituição do diesel S500 para o biodiesel S10; atualmente a empresa está estudando a substituição do S10 pelo HVO, GNV e equipamentos elétricos;
- Utilização de arla32 nos caminhões para reduzir as emissões;
- Projetos black e green belts de redução do consumo de litros/h;
- Compensação de emissão por reflorestamento; atualmente se estuda ampliação de áreas para recuperação e para compensações.
- Projetos com utilização de polímeros para redução do material particulado e consequentemente redução no consumo de água e diesel dos equipamentos de umidificação de vias.
- Programa de manutenção preventiva e monitoramento de fumaça preta dos equipamentos móveis.

A COMIPA aderiu ao inventário de emissões GEE no Programa Brasileiro GHG Protocol em 2023 e já obteve o selo prata em seu primeiro ano de declaração e para 2024 irá buscar o selo Ouro no inventário.

O Inventário é público e pode ser consultado a qualquer momento link: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes>

Em relação ao inventário GEE, a COMIPA/CBMM é neutra na área minero-industrial para o escopo 2 do inventário, que trata da parte de emissões quando envolvem energia elétrica, com a aquisição de RECs (Certificados de Energia Renovável) da Companhia de Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais (CEMIG). Sendo assim hoje seu consumo é considerável 100% proveniente de fontes renováveis fazendo com que as emissões de GEE relacionadas seja zero.

Para o escopo 1 representa 98% das emissões da COMIPA e são provenientes do consumo de combustíveis, que é o grande foco da COMIPA, sendo os combustíveis 99,9% de todo o inventário. Como mencionado no início deste a empresa já estuda outros tipos de fontes energéticas para substituição da sua frota de veículos.

O consumo de diesel também é declarado tanto na RAPP (IBAMA) quanto no SINIR (MMA).

Também são desenvolvidas outras iniciativas para minimizar outros impactos: vias de acesso são irrigadas com água para evitar a geração de particulados; correias transportadoras para reduzir o tráfego de caminhões e suas emissões; inspeções em veículos à diesel que transitam na Companhia.



Resumo das emissões totais:

GEE	Em toneladas do gás			Em toneladas de CO ₂ equivalente (tCO ₂ e)			
	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3
CO ₂	6.615,864	3,486	0,000	127,847	6.615,864	3,486	127,847
CH ₄	0,391	0,000	0,000	0,009	10,948	0,000	0,252
N ₂ O	0,047	0,000	0,000	0,008	12,455	0,000	2,120
HFC	0,001	0,000	0,000	0,000	1,058	0,000	0,000
PFC	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SF ₆	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
NF ₃	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Total					6.640,325	3,486	130,219

Emissões por categoria:

Categoria	Emissões (tCO ₂ e)	Emissões de CO ₂ biogênico (t)	Remoções de CO ₂ biogênico (t)
Combustão móvel	6.608,126	684,623	0,000
Combustão estacionária	31,141	3,227	0,000
Fugitivas	1,058	0,000	0,000
Total	6.640,325	687,850	0,000

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA

CNPJ: 17.806.779/0001-30

2/4

Relatório da Administração

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

O Sistema Integrado de Gestão é a estrutura para desenvolver e suportar metodologicamente a companhia na gestão dos riscos, gestão das mudanças, gestão para resultados e no Planejamento Estratégico 2021-2023. As atividades do SIG COMIPA são ratificadas através dos certificados nas normas ISO 9001, 45001 e 14001 em suas versões atuais.



1. Gestão dos Riscos

Adoção de metodologias, ferramentas e controles adequados para longevidade do negócio, alinhados aos objetivos do Sistema Integrado de Gestão;

2. Gestão Mudanças

Assegurar que as mudanças no sistema de gestão sejam planejadas de forma a não afetar os objetivos da organização.

3. Gestão para Resultados

Formalizar o direcionamento estratégico definido pela alta direção, concentrando a força intelectual de todos os colaboradores, focalizando-a para as metas do Planejamento Estratégico da COMIPA orientado para resultados. Desenvolvendo projetos de melhoria e estabilização de resultados

AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÕES INTERNACIONAIS

O ABS Quality Evaluations é a empresa responsável pela auditoria externa de qualidade da COMIPA, a mesma está acreditada pelos maiores e mais respeitados órgãos de acreditação do mundo. Esses órgãos reconhecem a experiência e compromisso com a melhoria do desempenho por meio dos sistemas de gestão. O ABS QE é um dos principais contribuidores para o desenvolvimento de normas industriais, nacionais e internacionais. O planejamento e suporte metodológico é promovido pela equipe do Sistema Integrado de Gestão.



PROJETO DE CERTIFICAÇÃO ISO 37001:2017

Com foco nas melhores práticas de governança, a COMIPA busca a certificação da norma internacional NBR ISO 37001:2017. Desenvolvida para ajudar organizações a implementar um Sistema de Gestão Antissuborno (SGAS). Ela especifica uma série de medidas que sua organização pode implementar para ajudar a prevenir, detectar e abordar suborno.

PRINCÍPIOS INEGOCIÁVEIS DA COMIPA

Os Princípios Inegociáveis é o conjunto de diretrizes que regem o negócio da COMIPA, são constituídos por:

- Missão e Política do SIG;
- Visão;
- Valores e "Nosso Compromisso"

Foram definidas pela Alta Direção da Companhia para orientar o Planejamento Estratégico e direcionar as competências e comportamentos, assim estabelecendo uma unidade entre as pessoas da empresa.

MISSÃO
É o propósito da COMIPA existir. É sua razão de ser;

POLÍTICA SIG
Política estabelecida pela Alta Direção formalizando o comprometimento com Segurança e Saúde no Trabalho, Meio Ambiente e Qualidade.

VISÃO
É a situação em que a COMIPA deseja chegar nos próximos 5 anos;

VALORES
Valores nos quais norteiam a COMIPA, isto é, a maneira como a empresa pretende ser reconhecida pelas partes interessadas;

NOSSO COMPROMISSO
É o conjunto de competências e comportamentos desejados, alinhados aos nos Valores da COMIPA.



Missão

Fornecer matéria prima para produção e desenvolvimento de produtos especiais à base de nióbio, com excelência na gestão dos seus ativos, foco em segurança, saúde, meio ambiente, qualidade e inovação.



Visão

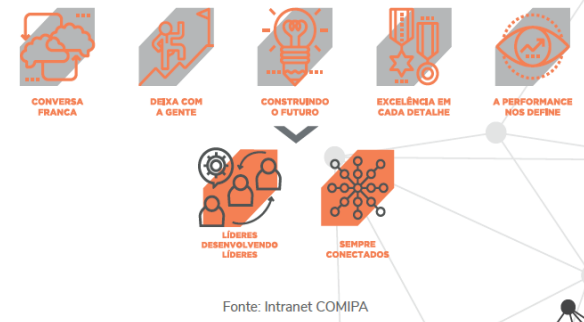
A Visão é aonde se pretende chegar no horizonte de 5 anos.

- Ser referência mundial em segurança operacional;
- Ser reconhecida por ter uma operação totalmente gerenciada em tempo real com menor custo operacional;
- Ter uma operação sustentável, com foco em inovação e gestão de mudanças, buscando as melhores práticas de mercado;
- Ter um Sistema Integrado de Gestão certificado, com alto grau de maturidade, transparência, orientado para pessoas, processos e resultados;
- Compartilhar a melhor sinergia na interface com acionistas, colaboradores, fornecedores, cliente e comunidade.



Nosso Compromisso

É a síntese dos conhecimentos, habilidades e atitudes de cada pessoa, traduzidas e comportamentos que dão origem ao Programa "Nosso Compromisso".



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Sistema Integrado de Gestão da COMIPA, tem como objetivo a busca constante da eficiência dos processos, gestão dos riscos e identificação de oportunidades, por meio de métodos de gestão que auxiliam a companhia no atingimento dos seus objetivos estratégicos, gerando valor para empresa.

O Planejamento tem como premissa a Visão da Companhia, a mesma está alinhada aos requisitos identificados por cada parte interessada do negócio (Acionista, Cliente, Fornecedores, Funcionários, Comunidade e Órgãos Governamentais). Abaixo segue a ilustração do Mapa Estratégico da COMIPA, foi aplicado o método BSC (Balanced Scorecard).

O que priorizamos em nossa estratégia:

1. Segurança como Valor;
2. Cliente no centro (Customer Centric);
3. Mindset Ágil;
4. Monitoramento dos Objetivos Estratégicos;
5. Desdobramento da estratégia no plano tático e operacional.

SEGURANÇA COMO VALOR

O Sistema Integrado de Gestão da COMIPA, tem como objetivo a busca constante da eficiência dos processos. A COMIPA tem o compromisso de sempre buscar o caminho da evolução e alta performance aliada ao bem-estar do colaborador. Dentro desse cenário, vamos lançar o Programa Segurança Como Valor.



A COMIPA acredita que a prevenção e percepção de riscos são prioridade para a companhia. E durante o próximo ano teremos várias ações para promoção do comportamento seguro.

O foco principal desse programa são as pessoas, afinal, são elas que fazem toda essa engrenagem funcionar e neste ano que se inicia, iremos desenvolver o aspecto comportamental da equipe para que a segurança seja indispensável durante todas as atividades.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	375	372	Fornecedores	10	3.628	2.810
Títulos e valores mobiliários	5	16.476	6.899	Salários, participações nos resultados e encargos sociais	11	6.120	5.088
Contas a receber de clientes	6	3.310	6.251	Obrigações tributárias	12	875	637
Estoques		211	179	Dividendos a pagar	13	5.650	521
Impostos a recuperar	7	3.152	4.718	Outros passivos		122	130
Outros ativos		259	199	Total dos passivos circulantes		16.395	9.186
Total dos ativos circulantes		23.783	18.618	Não circulantes			
Não circulantes				Benefício pós emprego	14	5.876	8.656
Impostos diferidos	19	6.124	5.077	Provisões para contingências	8	7.740	6.277
Depósitos judiciais	8	576	881	Total dos passivos não circulantes		13.616	14.933
		6.700	5.958	Total do passivo		30.011	24.119
Imobilizado	9	55	70	Patrimônio líquido	15		
Total dos ativos não circulantes		6.755	6.028	Capital social		439	439
				Reserva legal		88	88
Total dos ativos		30.538	24.646	Total do patrimônio líquido		527	527
				Total dos passivos e patrimônio líquido		30.538	24.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Nota	Capital social	Reserva legal acumulada	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021		439	88	-	527
Lucro líquido do exercício		-	-	521	521
(-) Dividendos distribuídos	13	-	-	(521)	(521)
Em 31 de dezembro de 2022		439	88	-	527
Lucro líquido do exercício		-	-	5.650	5.650
(-) Dividendos distribuídos	13	-	-	(5.650)	(5.650)
Em 31 de dezembro de 2023		439	88	-	527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2023	2022
Receita líquida	16	103.608	88.451
Custos dos produtos vendidos	17	(84.216)	(74.110)
Lucro bruto		19.391	14.341
Despesas administrativas	18	(11.563)	(10.144)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	18	(2.371)	(1.740)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		5.457	2.457
Receitas financeiras		1.689	898
Despesas financeiras		(466)	(177)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.680	3.178
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(2.077)	(3.138)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.047	481
Lucro líquido do exercício	20	5.650	521
Lucro líquido por ação (R\$ / 1.000 ações)	20	15,39	1,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.680	3.178
Ajustes para conciliar o lucro do período ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Depreciação	9	14	15
Provisões para contingências	8	1.463	167
Atualização de depósitos judiciais	8	(80)	(69)
Provisões de benefício pós emprego	14	(2.780)	1.249
Rendimentos de aplicações em títulos e valores mobiliários		(1.547)	(598)
		3.750	3.942
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		2.941	(3.149)
Estoques		(31)	(86)
Impostos a recuperar		1.566	(3.063)
Outros ativos		324	7.198
		4.800	899
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		818	719
Obrigações trabalhistas e sociais		1.032	(2.075)
Obrigações tributárias		384	(82)
Outros passivos		(8)	(1.067)
		2.226	(2.505)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		10.776	2.336
Tributos pagos sobre o lucro		(2.222)	(4.416)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		8.555	(2.080)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(8.031)	(477)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(8.031)	(477)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	13	(521)	(2.013)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(521)	(2.013)
Aumento na caixa e equivalentes de caixa		3	(4.570)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		372	4.942
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		375	372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA ("Companhia" ou "COMIPA"), constituída em 28 de setembro de 1972, é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada na Avenida Tancredo Neves, nº 30, Bloco A, Vila Silveira, Araxá/MG. Tem por atividade predominantemente a lavra do Pirocloro e outros minerais nas concessões de minas arrendadas e venda do minério extraído. A COMIPA é uma "joint venture" constituída pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, que possuem 49% e 51% de participação de seu capital social, respectivamente. A atividade operacional da COMIPA é desenvolvida, exclusivamente, com a CBMM, conforme detalhes divulgados na Nota 21.

1.1. Impactos das mudanças climáticas nas informações financeiras
No que se referem às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou os efeitos das possíveis mudanças no clima e seus reflexos, e concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência deste assunto. A Companhia adota iniciativas que contribuem para a redução das emissões, além de promover o uso de energias alternativas em suas operações. Por isso, com foco na sustentabilidade, a COMIPA investe em gestão de riscos climáticos, promovendo o engajamento nas questões sensíveis ao clima, além de buscar sempre oportunidades e estratégias de descarbonização e redução dos impactos ambientais e climáticos.

2. Base de preparação
A administração preparou e revisou estas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão em 11 de abril de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico e valor justo por meio do resultado como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis, conforme divulgado na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma das empresas atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional e de apresentação da Companhia, o Real.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não houve julgamento crítico na preparação das estimativas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A avaliação da recuperabilidade do contas a receber da CBMM é baseado no histórico de recebimento que comprova a ausência de perdas. Não há, portanto, julgamento relevante envolvido nesta avaliação. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas estão incluídas nas notas mencionadas abaixo:

- > Provisões para contingências (Nota 8): a Companhia reconhece provisão para causas ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dentre as provisões para contingências foi reconhecida provisão ambiental que foi estimada com base nas premissas internas da Companhia, também descritas na Nota 8;
- > Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19): a Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios e nos orçamentos aprovados pela Administração; e
- > Benefício pós emprego (Nota 14): a Companhia reconhece o passivo atuarial dos benefícios pós emprego, considerando as premissas de rotatividade, entrada em aposentadoria, composição familiar, mortalidade, hipótese de crescimento dos custos médicos, "aging factor", e variáveis financeiras (como futuros aumentos de salários e custos médicos). O método atuarial adotado para a determinação do

valor presente da obrigação de benefício definido e do custo do serviço corrente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), foi o Crédito Unitário Projetado. A obrigação de benefício resultante é então descontada a um valor presente. A Administração apoia essa estimativa com base na recomendação de atuários independentes.

3. Resumo das políticas contábeis materiais
A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: (i) deverá ser realizado ou destinado a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) realizado principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado no período de doze meses após o exercício do relatório; ou (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que não seja trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o exercício do relatório. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: (i) emitido principalmente com a finalidade de negociação; (ii) é devido principalmente para fins comerciais; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após o exercício do relatório; ou (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes, conforme divulgado na nota explicativa 19.

3.1. Uso de estimativas e julgamentos
Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata concedida pelo emissor ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os instrumentos que não são elegíveis para a classificação de caixa e equivalentes de caixa, devido à sua liquidez, prazo de vencimento ou mesmo ao risco de mudança de valor, são classificados como títulos e valores mobiliários.

3.2. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são montantes cujas premissas para classificação como Caixa e equivalentes de caixa não foram atendidas.

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA

CNPJ: 17.806.779/0001-30

3/4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que a Companhia se torna parte das exposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia, são classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os custos amortizados são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado são aplicações financeiras; contas a receber de clientes e outros ativos. Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os quais possuem mercado ativo, sendo possível a mensuração do seu valor justo de forma confiável e sem esforço excessivo, conforme CPC PME (R1).

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando houver probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item puder ser mensurado com segurança. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se aplicável.

Terenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada para reduzir o custo de itens do imobilizado menos seus valores residuais estimados, usando o método linear ao longo da vida útil e é reconhecida na demonstração do resultado. A vida útil estimada dos bens está mencionada na nota explicativa nº 9.

A Companhia realiza anualmente a avaliação de perda no valor recuperável para suas unidades geradoras de caixa, as quais englobam os saldos de ativo imobilizado.

A amortização das barragens de rejeitos baseia-se nos volumes depositados em relação à capacidade total dessas barragens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação na rubrica de Outras receitas (despesas), líquidas.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do exercício do relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Essas atualizações monetárias são registradas nas receitas (despesas financeiras) vide nota explicativa nº 18.

Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa.

3.6. Receita de contrato com cliente

Conforme o CPC 47/IFRS 15, a "Receita de contratos com clientes", trata do reconhecimento de receita e estabelece os princípios para reportar informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras acerca da natureza, montante, tempo e incerteza da receita e de fluxos de caixa oriundos dos bens ou serviços com clientes da Companhia. A receita é reconhecida quando o cliente obtém controle dos bens ou serviços e, portanto, tem a capacidade de direcionar o uso e obter os benefícios dos bens e serviços. A norma foi efetivada em períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, por provável que os benefícios econômicos futuros fluam para as entidades e quando critérios específicos tenham sido atendidos, conforme descrito a seguir. O registro da receita ocorre quando todas as contingências relativas à venda tenham sido resolvidas.

A Companhia reconhece a receita de venda de mercadorias assim que o produto é entregue para o cliente; quando o cliente tem total decisão sobre o produto e, quando não há obrigação não cumprida que possa vir afetar a aceitação do produto pelo cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas líquida de tributos sobre as vendas, devoluções, abatimentos e descontos, bem como dos efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e as contribuições sociais correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se os critérios estabelecidos pela norma contábil forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios estabelecidos pela norma contábil forem atendidos.

3.9. Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, conforme CPC PME (R1).

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

3.10. Plano de benefícios a empregados

a) Benefícios de pensão – obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo operam vários regimes de benefícios de pensão, que são financiados por meio de pagamentos para companhias de seguros e planos de previdência específicos, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Nota 14 descreve todos os planos de pensão utilizados pela Companhia.

b) Benefícios de pensão – multa do FGTS por ocasião de desligamento na aposentadoria

As empresas brasileiras devem, por lei, depositar, no início de cada mês, um valor equivalente a 8% da remuneração total de cada empregado em contas vinculadas abertas para eles no FGTS, administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF; esse depósito é um incentivo ou um fundo de indenização que pode ser resgatado pelo empregado quando determinados critérios são atendidos (como a compra do primeiro imóvel para moradia ou a rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador). Esses valores depositados pela Companhia são lançados na demonstração do resultado como parte dos custos com folha de pagamento, incluídos em "Despesas administrativas", ou, se relacionados ao pessoal da produção, em "Custo dos produtos vendidos".

c) Benefícios durante a vida ativa – participação nos lucros e resultados

A Companhia distribui participação nos resultados, com base em um conjunto de parâmetros previamente definidos (produção, produtividade e outras variáveis), mediante acordo coletivo firmado com o Sindicato e homologado no Ministério do Trabalho.

3.11. Dividendos

A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, de forma intercalar a cada semestre, quando aprovado pela Direção e registrado em ata, os quais serão pagos após aprovação em Assembleia Geral.

4. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança.

A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologia de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no

mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

4.1. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das seguintes contas:

	2023	2022
Caixa e bancos	184	61
Aplicações financeiras	191	311
Títulos e valores mobiliários	16.476	6.899
Contas a receber de clientes	3.310	6.251
	20.161	13.522

As contas a receber de clientes da Companhia são 100% com a CBMM.

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e rating atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido na mesma por parte de cada banco ou instituição financeira.

4.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados.

	2023	2022
Fornecedores	3.628	2.810
Dividendos a pagar	5.651	521
Outros passivos	122	130
	9.401	3.461

4.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

4.4. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não estava sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, porém ocasionalmente pode efetuar importação de materiais de consumo, tendo por base o Dólar Norte-americano (USD) e o Euro (€). Nestes casos, as taxas de câmbio são pactuadas no ato da compra.

4.5. Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava exposição às variações do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) em suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

4.6. Determinação do valor justo

Os ativos e passivos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas e as despesas com juros provenientes desses passivos são registrados em despesas financeiras, ambos usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo ou passivo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas).

Os valores justos dos ativos e passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização abaixo:

- (Nível 1) - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (Nível 2) - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (Nível 3) - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)

4.7. Instrumentos financeiros por categoria

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, os quais considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Ativos financeiros	2023	2022
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e bancos	184	61
Aplicações financeiras	191	311
Contas a receber de clientes	3.310	6.251
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	16.476	6.899
	20.161	13.522
Passivos financeiros	2023	2022
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	3.628	2.810
Dividendos a pagar	5.651	521
Outros passivos	122	130
	9.401	3.461

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial referentes às aplicações financeiras são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Títulos de valores mobiliários - O fundo de investimento utiliza estratégia de gestão ativa, principalmente nos mercados de taxas de juros e de índices de preço, por meio de exposição nos mercados à vista e/ou derivativo. Adicionalmente, o fundo pode investir até 50% do seu patrimônio líquido em títulos de crédito privado, de emissores classificados como baixo risco de crédito por agência de risco localizada no país. A mensuração a valor justo segue a hierarquia de nível 1.

Contas a receber de clientes e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos conta movimento	184	61
Aplicações financeiras	191	311
	375	372

A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Companhia é realizada dentro de um perfil conservador, em títulos e fundos de renda fixa, de baixo risco de mudança de valor e limítrofe, sendo compromissada e de resgate imediato sem perdas para a Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as referidas aplicações financeiras tiveram rendimento médio equivalente a 85% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI (85% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

5.2. Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	16.476	6.899

Os títulos e valores mobiliários referem-se à fundos de investimentos do Banco Itaú. Esse montante tem destinação específica para pagamento de provisões para contingências para compensações ambientais, conforme divulgado na Nota 8. Por sua vez, estas aplicações financeiras e seus respectivos rendimentos são classificados no ativo circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o fundo teve rentabilidade de 13,29%, os rendimentos foram de aproximadamente 101,88% do CDI (99,77% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota 4.

6. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes – CBMM	3.310	6.251

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhuma estimativa para redução ao valor recuperável ou perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa das contas a receber de clientes, devido ao fato de todas montantes estar relacionado ao cliente CBMM, um dos acionistas e único cliente e para o qual não há histórico de perdas. As faturas em aberto correspondem à nota fiscal emitida no último mês, as quais já foram totalmente liquidadas em 13 de janeiro de 2023.

7. Impostos a recuperar

A sistemática da não-cumulatividade para o PIS e para a COFINS foi introduzida na legislação tributária brasileira nos anos-calendário de 2002 e 2003, respectivamente, por meio da publicação das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

De acordo com este regime de tributação, é permitido ao contribuinte o aproveitamento de créditos dos referidos tributos calculados sobre determinados dispêndios incorridos no decorrer de suas atividades. A Companhia compenhou integralmente os tributos da esfera federal, sendo exclusivamente PIS/COFINS sobre faturamento.

Em 2023 a Companhia contratou consultoria especializada para avaliação de incentivos fiscais relacionados à Lei 11.196/05 (Lei do Bem), relativos à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Sendo assim, foi considerado elegível o projeto da campanha de sondagem, gerando crédito tributários, que serão compensados conforme legislação vigente.

	2023	2022
Impostos a recuperar	3.152	4.718

8. Depósitos judiciais e provisões para contingências

8.1. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais da Companhia são para garantir certos litígios trabalhistas, conforme demonstrado a seguir.

	2022	Adições	Reversões	Baixas	2023
Depósitos judiciais - Trabalhistas	881	435	80	(820)	576
	2021	Adições	Reversões	Baixas	2022
Depósitos judiciais - Trabalhistas	650	486	69	(324)	881

8.2. Provisões para contingências

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas e ambientais.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas e ambientais, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

8.2.1 Movimentação de provisões para contingências

	2022	Adições	Reversões	Baixas	2023
Ambientais (a)	1.735	-	-	(1.735)	-
Trabalhistas (b)	4.542	4.422	(405)	(819)	7.740
Total	6.277	4.422	(405)	(2.554)	7.740

	2021	Adições	Reversões	Baixas	2022
Ambientais (a)	5.411	-	(3.676)	-	1.735
Trabalhistas (b)	699	4.167	-	(324)	4.542
Total	6.110	4.167	(3.676)	(324)	6.277

(a) Provisão para contingência ambiental

Corresponde à demanda de Compensação Florestal de Empreendimento Minerário, estabelecida atualmente no art. 75, da Lei Estadual nº 20.922/13 (Código Florestal de MG), e que também era prevista pelo código anterior (art. 36, Lei 14.309/02). Segundo a referida legislação, o empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa deverá adquirir e realizar a regularização fundiária (aquisição de áreas), com vistas a implementar Unidade de Conservação de Proteção Integral, segundo os procedimentos atuais da Portaria IEF nº 27/17. Em dezembro de 2019, a Companhia recebeu notificação do órgão ambiental exigindo a compensação ambiental correspondente à 338,20 hectares. Naquele momento, foi provisionado o valor de R\$ 5.411 considerando o valor por hectare estimado para aquisição de áreas que atendam as premissas estabelecidas pela legislação. O valor foi estabelecido com base no valor médio de áreas na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba das Unidades de Conservação Parque Estadual de Paracatu em Paracatu/MG e Refúgio da Visa Silvestre dos Rios Tijuco e da Prata em Itulubata.

O IEF/URFIBIO TRIANGULO - Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Triângulo, mediante ofício nº 05/2021 emitido em 19/10/2021, informou que para o cumprimento da referida compensação ambiental, o empreendedor poderá adotar a medida compensatória em área fora da bacia do Rio Paranaíba, com mesmas características de bioma (cerrado).

Em setembro de 2022, a Companhia identificou e finalizou as negociações comerciais para aquisição de propriedades que atendam os requisitos qualitativos e quantitativos. Assim sendo, o valor da provisão foi atualizado de acordo com o valor da área a ser adquirida que está localizada fora da bacia hidrográfica, e possui valor de mercado inferior.

A compensação ambiental minerária que envolve a referida área, foi submetida ao órgão ambiental para aprovação, a qual ocorreu em 28 de março de 2023 na 83ª reunião ordinária da Câmara de Proteção e de áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

No mês de julho de 2023 a compensação ambiental foi liquidada integralmente e as titularidades das matrículas foram transferidas para a Companhia. Os trâmites para a transferência das áreas adquiridas para o Estado de Minas Gerais estão em fase processual junto ao IEF - Instituto Estadual de Florestas - GCFAR - Compensação Minerária.

(b) Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, o montante dos processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais os assessores jurídicos entendem que a Companhia possui um risco de perda possível de R\$ 10,072 para causas trabalhistas (R\$ 14.396 em 31 de dezembro de 2022). Estas ações estão em fase inicial e estão sob avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e, com base nas análises realizadas, não há provisões adicionais a serem constituídas. O aumento de ações trabalhistas decorre principalmente de demandas judiciais relacionadas às demissões realizadas em agosto de 2020.

(c) Processo relativo à cobrança de CFEM

Em fevereiro de 2020, a Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que tem por objeto a cobrança complementar de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, referente ao período de janeiro/2000 a junho/2017, pelo aproveitamento econômico da substância mineral pirocloro no município de Araxá/MG. A Companhia já possui ações administrativas em andamento a respeito deste mesmo tema. A Companhia apresentou em março de 2020 a defesa administrativa em que sustenta a ausência de base legal para a cobrança. Os assessores jurídicos da CBMM, responsáveis pela ação em conjunto com a COMIPA, consideram o prognóstico de perda possível para o montante de R\$ 53.912 (R\$ 50.228 em 31 de dezembro de 2022). Eventuais desembolsos resultantes deste processo serão apropriados como custo operacional da COMIPA e serão reembolsados pela CBMM.

9. Imobilizado

	01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	212	-	-	-	212
Móveis e utensílios	148	-	-	-	148
Computadores e periféricos	113	-	-	-	113
Instalações	48	-	-	-	48
Total custo	521	-	-	-	521

	01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	212	-	-	-	212
Móveis e utensílios	148	-	-	-	148
Computadores e periféricos	113	-	-	-	113
Instalações	48	-	-	-	48
Total custo	521	-	-	-	521

Taxa a.a.	01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	31
-----------	------------	---------	--------	----------------	----

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA

CNPJ: 17.806.779/0001-30

4/4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022		2023	2022
Provisão para Participação em Resultados	3.420	2.301			
Salários e encargos	1.004	1.032			
Férias e encargos	1.696	1.755			
	6.120	5.088			
12. Obrigações tributárias					
São oriundas de provisões dos impostos a recolher e demais impostos retidos na fonte ou provenientes do faturamento, como demonstrado a seguir:					
	2023	2022			
IRPJ e CSLL a pagar	-	145			
PIS e COFINS a recolher	276	-			
IRRF sobre salários e participação nos lucros a recolher	423	383			
ISS a recolher	39	20			
Outros impostos a Recolher	138	89			
	876	637			
13. Dividendos a pagar					
Conforme artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas a distribuição total do lucro líquido apurado, após cálculo da reserva legal (Nota 15).					
	2023	2022			
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	2.882	266			
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	2.769	259			
	5.650	521			
	2022	Adições	Pagamentos	2023	
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	266	2.882	(266)	2.882	
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	255	2.769	(255)	2.769	
Total	521	5.650	(521)	5.650	
14. Benefício pós emprego					
A Companhia oferece auxílio-ensino e assistências médica, odontológica e farmacêutica, aos funcionários e ex-funcionários, (e seus respectivos dependentes) que, dadas as suas condições se caracterizam como benefícios pós-emprego.					
Assistência médica, farmacêutica e odontológica: conforme a lotação do funcionário e/ou aposentado, a Companhia arca com a totalidade do custo do plano para os funcionários, ex-funcionários e seus dependentes ("beneficiários"), de acordo com regras e parâmetros estabelecidos e que podem ser alterados a qualquer tempo. O ex-funcionário da Companhia que se desligar, por motivo de aposentadoria, terá os benefícios estendidos, sem custo adicional além da coparticipação, pelo prazo máximo de três anos, extensivo somente aos cônjuges. O benefício poderá ser extensivo aos demais dependentes, mediante avaliação discricionária e aprovação pela Companhia.					
Auxílio-ensino: a Companhia custeia o plano aos beneficiários conforme regras e parâmetros estabelecidos internamente. O dependente do ex-funcionário da Companhia que se desligar, por motivo de aposentadoria, terá os benefícios estendidos, sem custo adicional além da coparticipação, pelo prazo remanescente para conclusão do nível escolar em que está matriculado.					
A Companhia estende os benefícios acima relacionados aos cônjuges dos funcionários e ex-funcionários, em caso de falecimento, pelo prazo máximo de três anos – ou prazo remanescente para conclusão do nível escolar no qual o beneficiário está matriculado sem custo adicional além da coparticipação. O benefício poderá ser extensivo aos demais dependentes, mediante avaliação discricionária e aprovação da Companhia.					
A Companhia contrata empresa especializada para emitir o laudo atuarial anualmente, para cada fechamento de exercício, além disso, trimestralmente são emitidos relatórios atualizados.					
A Administração avalia trimestralmente a mensuração do passivo atuarial e os fatores que podem gerar impactos relevantes nos valores registrados, valores não relevantes não são registrados.					
O método atuarial adotado para a determinação do valor presente da obrigação de benefício definido e do custo do serviço corrente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19, foi o Crédito Unitário Projetado, com atribuição de todos os parâmetros realizados pela Companhia em conexão com seus consultores atuariais independentes. O objetivo deste método é calcular o compromisso atuarial de cada beneficiário do programa, conforme ele se acumula ao longo do tempo.					
A Administração entende que mantém níveis de capital suficientes para honrar as obrigações ora assumidas e que o nível de provisionamento dessas obrigações é dinâmico e suficiente, podendo ser ajustado à medida que os benefícios ora concedidos também o sejam.					
A situação de capitalização e os valores para as obrigações de benefícios a conceder são baseados no relatório de atuários independentes e estão demonstrados a seguir:					
	2022	Adições	Reversões	Baixas	2023
Benefícios pós emprego	8.656	-	(2.780)	-	5.876
Total	8.656	-	(2.780)	-	5.876
	2021	Adições	Reversões	Baixas	2022
Benefícios pós emprego	7.407	1.249	-	-	8.656
Total	7.407	1.249	-	-	8.656
	2023	2022			
Saldo no início do exercício	8.656	7.407			
Custo do plano	405	389			
Custo financeiro	458	640			
Benefícios pagos pela Companhia	(813)	(918)			
Remensurações atuariais	(2.830)	1.138			
	5.876	8.656			
As premissas atuariais significativas utilizadas para a determinação do passivo atuarial são os seguintes:					
	2023	2022			
Taxa de desconto anual	9,64% a 9,71%	9,37%			
Taxa anual de inflação	3,82%	3,10%			
Taxa de inflação médica (HCCTR)	8,75%	6,20%			
Taxa de crescimento dos custos de saúde (Aging factor)	1,25% a 4,50%	3,00%			
Turnover	2,50%	2,50%			
As principais variações decorrem da mudança de premissas atuariais, bem como das hipóteses demográficas e financeiras.					

15. Patrimônio líquido
15.1. Capital social
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Companhia é representado por 408.000.000 (quatrocentos e oito milhões) de ações totalmente subscritas e integralizadas sem valor nominal, todas normativas e assim distribuídas por categoria:
 • 367.200.000 ações ordinárias,
 • 20.808.000 ações preferenciais classe "A",
 • 12.648.000 ações preferenciais classe "B",
 • 7.344.000 ações preferenciais classe "C".
 As ações preferenciais, no caso de liquidação da Companhia, terão prioridade no reembolso do capital, na seguinte ordem: primeiramente as de classe A; em seguida as de classe B, verificando o integral reembolso da classe A; e, por fim, as da classe C, após o total reembolso das demais classes.
 As ações preferenciais de todas as classes participarão dos resultados em igualdade de condições entre si e com as ações ordinárias.
 Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada ação ordinária nominativa caberá direito a um voto. Quando as ações preferenciais adquirirem direito de voto, conforme descrito a seguir, a cada ação corresponderá um voto.
 As ações preferenciais classe A terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor-Presidente. As ações preferenciais classe B terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor de Operações. As ações preferenciais classe C terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias: a) para eleger o presidente e o secretário das Assembleias Gerais de acionistas; b) nas deliberações relativas a toda e qualquer alteração do estatuto social; c) nas deliberações sobre as matérias previstas no artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações; d) nas deliberações sobre a dissolução, liquidação, impetração de concordata ou pedido de falência da Companhia e sobre a destinação dos lucros apurados em balanço; e) nas deliberações sobre matérias referidas nos artigos 18 e 21 do Estatuto da Companhia.
a. Reservas Legais
 A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. É constituída de acordo com a lei das Sociedades por Ações (artigo 193) e pelo Estatuto Social da Companhia, que determina que o percentual de 5% do lucro líquido do exercício seja aplicado antes de qualquer destinação. O saldo da reserva legal não pode exceder o valor correspondente a 20% do capital social da Companhia.
 Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o montante da Reserva Legal era de R\$ 88 correspondente ao limite de 20% do capital social da Companhia.

16. Receita líquida

	2023	2022
Receita bruta	114.169	97.467
(-) COFINS	(8.677)	(7.407)
(-) PIS / PASEP	(1.885)	(1.609)
Receita líquida	103.607	88.451

As receitas são calculadas a partir dos valores de custos e despesas incorridos no período, somados a uma margem contratual de 5% sobre os custos operacionais e impostos (PIS/COFINS), conforme escritura pública estabelecida entre CBMM e CODEMIG e estatuto social da Companhia.

17. Custos dos produtos vendidos
 A composição dos custos está assim representada:

	2023	2022
Custos com locação de máquinas e equipamentos (a)	(17.520)	(18.392)
Custo com pessoal	(26.331)	(26.190)
Custo com combustíveis e lubrificantes (b)	(14.339)	(17.765)
Custos com participação em lucros e resultados	(3.320)	(2.632)
Custo com serviço de terceiros	(3.471)	(2.978)
Custos com manutenção	(1.552)	(1.861)
Custos com material de uso e consumo	(3.913)	(1.517)
Custos com análises e sondagens (c)	(13.628)	(676)
Outros custos	(142)	(2.099)
	(84.216)	(74.110)

(a) A diminuição do gasto com locações está em linha com a menor movimentação de estéril no exercício.
 (b) O principal impacto no custo com combustíveis tem relação direta com a menor movimentação de minério e estéril no exercício.
 (c) Em 2023 a Companhia realizou campanha de análise e sondagem, com investigação geológica e geotécnica da mina, para avaliação de sua reserva e recurso.

18. Despesas administrativas e outras despesas operacionais

	2023	2022
Despesas com pessoal (a)	(6.666)	(6.061)
Despesas com serviços de terceiros	(1.235)	(1.247)
Despesas com participação em lucros e resultados	(1.075)	(724)
Despesas com sistemas e tecnologia	(733)	(437)
Outras despesas administrativas	(1.854)	(1.675)
Provisão benefício pós emprego	(851)	(1.249)
Provisão e reversão de contingências	(1.200)	(491)
	(13.934)	(11.884)

(a) As principais variações nos gastos com pessoal se devem aos reajustes de salário decorrentes do acordo coletivo vigente.

19. Tributos sobre o lucro
Impostos de renda e contribuição social do exercício
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia optou pelo regime de Lucro Real Anual com recolhimento de antecipações mensais. Os impostos sobre a renda são calculados com base no lucro tributável que em decorrência da legislação vigente difere do lucro contábil devido a ajustes requeridos.

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.680	3.178
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição calculados conforme alíquota nominal	(2.271)	(1.080)
Efeito das Adições (exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(1.683)	(1.634)
Exclusão Lei do Bem	2.888	-
Incentivos PAT	36	57
Despesa efetiva de Imposto de renda e contribuição social	(1.030)	(2.657)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.077)	(3.138)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.047	481
Taxa efetiva (%)	31%	99%

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui impostos de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes unicamente das provisões para contingências reconhecidas. Na referida data, não há saldo prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

	Provisões trabalhistas	Benefício pós emprego	Provisão Ambiental	Provisão PLR	Total
Em 31 de dezembro de 2022	1.544	2.943	590	-	5.077
Credito/Débito à demonstração de resultado	1.088	(945)	(590)	1.494	1.047
Em 31 de dezembro de 2023	2.632	1.998	-	1.494	6.124

20. Lucro por ação
 O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, sendo que a Companhia não possui ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores, assim o quadro abaixo representa tanto o lucro básico quanto o diluído:

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	5.650	521
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	367.200	367.200
Lucro básico e diluído por ação (R\$ / 1.000 ações)	15,39	1,42

21. Transações com partes relacionadas
 Conforme descrito na Nota 1, a Companhia é uma "joint venture" constituída pela CBMM e CODEMIG. Os principais saldos ativos e passivos, assim como transações em circulação durante o período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de operações com empresas ligadas, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, estão abaixo relacionadas:

	2023	2022
Ativo		
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (Nota 4.1)	3.310	6.251
	3.310	6.251

	2023		2022	
	Fornecedores (Nota 10)	Dividendos a pagar (Nota 13)	Fornecedores (Nota 10)	Dividendos a pagar (Nota 13)
Passivo				
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	409	2.769	365	255
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	-	2.882	-	266
Associação dos Funcionários da CBMM - AFCBMM	168	-	288	-
	577	5.650	653	521
Resultado				
	Vendas (Nota 16)	Compras	Vendas (Nota 16)	Compras
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	114.169	4.338	97.467	4.523
Associação dos Funcionários da CBMM - AFCBMM	-	2.507	-	2.731
	114.169	6.845	97.467	7.254

As vendas da Companhia são todas realizadas para a CBMM. Em 28 de abril de 1989, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definido que o preço de venda do minério seria o custo da extração acrescido de 5% (cinco por cento), mais as despesas administrativas e tributárias. As compras estão relacionadas principalmente aos contratos de arrendamento mercantil operacional, onde a Companhia arrenda junto a CBMM equipamentos de mineração para a extração do minério. O último contrato foi firmado em 6 de junho de 2013, com prazo de 1 ano, no entanto são firmados termos aditivos para postergação do prazo de vencimento anualmente, o aditivo do contrato atualmente vigente tem prazo final em 7 de junho de 2023.

Arrendamento do direito de lavra
 A Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia - CBMM e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG são as titulares do direito minerário, protocolado sobre os DNPMs 035.102/46, 800.546/73 e 800.547/73, para exploração de pirocloro numa localidade denominada Barreiro, no município de Araxá-MG.
 Em 28 de setembro de 1972 e 24 de julho de 1973, a CODEMIG e a CBMM concederam à COMIPA os arrendamentos dos direitos de lavra, dos quais são titulares. Os arrendamentos têm prazo de 30 anos, prorrogáveis por mais outros 30 anos. Atualmente o acordo vigora até 24 de julho de 2033. Pelo acordo, ficou definido o pagamento anual de R\$ 4 para a CODEMIG e R\$ 4 para a CBMM.

Remuneração do pessoal chave da administração
 O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2023	2022
Honorários diretoria	(239)	-
Honorários conselho fiscal	(22)	(29)
	(261)	(29)

Mateus Ayer Quintela
 Diretor Presidente
Rogério Contato Guimarães
 Diretor de Operações

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
 Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas
 Chamamos atenção para a Nota 21 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 11 de abril de 2024

PRICE WATER HOUSE & COOPERS
 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
 CRC: 2SP027654-F-4



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FAF4-936F-9A8F-C7C0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FAF4-936F-9A8F-C7C0



Hash do Documento

o0rtbvyBb51VBjVfkDh4eKwyVENRdx7UG9y6J+cdVu0=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/04/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 23/04/2024 22:17 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

